

Carlos Fortuna

**A internacionalização da Sociologia:
Notas sobre a globalização e a disciplina sociológica**

**Oficina do CES n.º 274
Abril de 2007**

Carlos Fortuna

Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
(cfortuna@fe.uc.pt)

A internacionalização da Sociologia: Notas sobre a globalização e a disciplina sociológica¹

Resumo: A sociologia nasceu em contextos nacionais e historicamente específicos. Contudo, o desenvolvimento do conhecimento sociológico ocorreu apenas na base da sua circulação inter-nações. Foi certamente uma circulação feita de intensidades e ritmos diversos e, portanto, também sujeita modalidades diversas de acolhimento além-fronteiras. Hoje, nos princípios do século XX, como estamos de circulação internacional do conhecimento sociológico? Esta é a interrogação essencial deste texto, que sustenta o *carácter translocal da sociologia* e, por isso, a necessidade de se continuar a forjar patamares de comunicação sociológica capazes de gerar meios efectivos de entendimento humano.

Abertura

Gostaria de iniciar esta comunicação assinalando o desafio que a organização deste 5º Congresso Português de Sociologia nos lança ao intitular de *Globalização das Sociedades/Internacionalização do Trabalho Científico* o tema geral que devemos glosar. Não se trata do desafio pessoal com que me deparo face ao tema e que, na verdade, diz respeito a procurar não vos defraudar em demasia no decurso da minha comunicação. É acima de tudo o desafio contido no enunciado “Globalização das Sociedades” em associação íntima com a “Internacionalização do trabalho científico” que me faz deter, por instantes, numa reflexão genérica.

Enuncio-a assim: O que significa, realmente, de um ponto de vista sociológico, “globalizar as sociedades”? Pode, certamente, significar, por um lado, que as sociedades

¹ Texto correspondente à Conferência Plenária proferida no V Congresso Português de Sociologia (Braga, 12-15 de Maio de 2004), a editar também pela Associação Portuguesa de Sociologia.

supostamente nacionais, podem projectar-se para fora de si próprias, tornar-se supranacionais e superar as fronteiras que as confinam... Mas que fronteiras são estas?... As fronteiras políticas dos estados-nação, os limites culturais definidos pelo uso de uma mesma língua, as fronteiras da história e do património identitário de uma dada comunidade?

Não é de todo inquestionável que pensemos a “globalização das sociedades” como uma acção de sentido unívoco como a que está contida nesta noção de as sociedades se projectarem de dentro para fora. Esta é a hipótese mais convencional de globalização que remete para uma capacidade bem sucedida de mobilizar e fazer valer recursos nacionais em contextos e territórios internacionais. Podemos, todavia, admitir a hipótese inversa, ou seja, a de incorporação, digamos “nacionalização”, de traços e tendência universais que, assim, se hão-de acomodar, de uma ou outra forma, à variedade das situações e patrimónios socioculturais nacionais, ou, para este efeito, também locais.

No primeiro caso, o da exteriorização bem sucedida de capacidades nacionais, a globalização surge em regra tratada como virtuosa, já que premeia e consagra agentes sociais de sucesso, capazes de projectar a ”marca” nacional no exterior. Estaríamos perante um cenário “pós-nacional” da valorização e do reconhecimento público internacional das economias e, indirectamente, das culturas e formas nacionais ou locais de conhecimento.

Na segunda hipótese, a da “nacionalização” das marcas da globalização, prevalece o entendimento de vivermos num tempo em que o nacionalismo continua muito activo enquanto projecto político, apesar das múltiplas diásporas e dos seus indeléveis efeitos socioculturais. Nesta hipótese denuncia-se o que se considera ser uma intromissão indevida no espaço delimitado da nação de forças, ideias ou práticas que desafiam a soberania nacional. Seria, permitam que me exprima assim, a hipótese de uma globalização por “implosão” da condição sociocultural nacional.

O certo é que me parece sustentável que neste desafio da “globalização das sociedades” nacionais possamos admitir que as “sociedades nacionais” se possam globalizar por duas vias: ou a via *virtuosa* que exterioriza singularidades, ou a via da *implosão* que acomoda internamente manifestações e valores e ideários supranacionais.

São várias as propostas analíticas que procuram posicionar-se além desta limitada antinomia. Eu próprio tenho sugerido que a relação local-global, ou

nacional-internacional, só pode frutificar se colocada no plano da *translocalidade*, que é o único que traduz a complexidade e os efeitos da inserção nacional ou local nas redes multifacetadas e de escala múltipla da actualidade (Fortuna, 1999: cap. 1). Está em causa a constituição de uma nova cosmovisão cuja vitalidade para as ciências sociais depende da capacidade destas para contestarem qualquer internacionalismo homogeneo(izador), ao mesmo tempo que reconhecem a heterogeneidade e a diferença sociocultural.²

Quanto ao segundo termo da equação proposta para debate – *a internacionalização do trabalho científico* –, diria que não se fala de outra coisa nas comunidades científicas de hoje. A ciência é virtude universal. E sem que o reiteremos a cada instante, reconhecemo-lo pela acção quotidiana: lemos, traduzimos, ensinamos, comentamos, experimentamos esta ciência e o conhecimento universal que dela brota. Nesta experiência quotidiana não somos em rigor capazes de estipular as origens nacionais do conhecimento que manipulamos, o que seria, aliás, verdadeira estultícia. Mesmo nos momentos em que as comunidades se reúnem *nacionalmente*, como neste 5º Congresso Português de Sociologia, discutimos, e ainda bem, uma ciência que é *translocal* na sua natureza.

Associações de sociologia e internacionalização do saber sociológico

Após estas considerações gerais, gostaria de assinalar o inquestionável reforço da actividade científica nacional e o dinamismo da disciplina sociológica. A situação, nomeadamente na esfera académica, implica uma forte pressão no sentido da participação na actividade científica internacional, da publicação em outras línguas, da inserção em redes, de preferência em situação liderante, etc.

De outro lado, é inegável a melhoria das infraestruturas de ensino, investigação e aprendizagem da sociologia: crescimento do número de cursos e de estudantes de sociologia em Portugal, multiplicação do número de centros de investigação, de publicações e de encontros de sociologia e outras ciências sociais.

² Este tema está tratado de modo muito vigoroso por Margaret Archer (1991). Pode-se também consultar a colectânea de Martin Albrow e Elizabeth King (1990).

A Associação Portuguesa de Sociologia é uma dos agentes responsáveis por esta feição dinâmica da sociologia, sem menosprezo, naturalmente, de numerosos outros agentes que contribuem para este reforço e visibilidade pública da sociologia portuguesa. Este desenvolvimento nacional da sociologia tem outros exemplos que gostaria de mencionar.

Em primeiro lugar, refiro o caso da Associação Internacional de Sociologia (ISA), que recebe actualmente um número crescente de pedidos de adesão por parte de associações nacionais. A modificação intensa do cenário político da Europa de Leste e da Península Balcânica é responsável por estas novas adesões à ISA.³ Em reacção a este surto, a ISA entendeu constituir, em 2002, um Comité de Ligação com as Associações Nacionais de Sociologia (coordenado por Sujata Patel, da Universidade de Pune). Não foi, como se compreenderá, sem hesitação nem demora que uma associação *internacional* acabaria por reconhecer a importância das instâncias *nacionais* de produção do conhecimento sociológico e acabar por se adaptar organicamente a essa matriz, constituindo formalmente um Comité de Ligação para o efeito. Não se trata de uma contradição nos termos. Trata-se, a meu ver, do reconhecimento da predominância da base nacional que organiza o conhecimento sociológico e da necessidade urgente de promover o cruzamento dessas experiências no plano internacional. Com as suas problemáticas, conceptualizações e linguagens próprias, este conhecimento de base nacional que aspira à internacionalização constitui-se no patamar do confronto e da comparação com outras experiências e linguagens sociológicas.

O segundo exemplo que quero reter vem de França. Diz respeito à recente formalização da Associação Francesa de Sociologia (finais de 2001) que acaba de realizar o seu 1º Congresso (24-27 de Fevereiro de 2004). Poderá dizer-se que se trata da “actualização” da antiga Sociedade Francesa de Sociologia (constituída em 1962 com o impulso de Raymond Aron, Henri Mendras e Jean Cazeneuve). Mesmo que assim seja, não excluo a hipótese de que esta constituição da Associação Francesa de Sociologia simboliza o recrudescer do entusiasmo francês com a vida associativa da sociologia (nacional) e suas relações inter-nacionais (Molénat, 2004).

³ Registe-se também a adesão de associações de sociologia de outras paragens, como o caso da mais recente Associação admitida na ISA, por sinal de fala portuguesa – a Associação Cabo-Verdiana de Sociologia.

Uso estes exemplos para sustentar o argumento segundo o qual a análise do processo de internacionalização do trabalho científico, no caso particular da sociologia, não dispensa a compreensão da sua base nacional primordial e a modalidade dominante de organização em Associações científico-profissionais formais.

Para futuros desenvolvimentos desta problemática podemos referir a proposta de Ida Harper Simpson que, em artigo recente, procura sistematizar a natureza diferenciada destas associações nacionais de sociologia e do trabalho que desenvolvem (Simpson, 2002). Situada no horizonte temporal do pós-guerra, Ida Simpson oferece uma tipologia tripartida das associações de sociologia:

- (i) Associações dedicadas prioritariamente à *acção política*. O exemplo paradigmático seria a Associação Soviética de Sociologia, constituída em 1958, que foi substituída em 1991 pela Associação Russa de Sociologia;
- (ii) Associações de tipo *profissional ou sindical*, dedicadas prioritariamente à defesa dos direitos dos sociólogos (questões relacionadas com o emprego e condições do desempenho profissional – caso das Associações de Sociologia da Turquia, do Brasil e da Índia);
- (iii) Associações de natureza acentuadamente *académica e científica*, empenhadas sobretudo no desenvolvimento da disciplina (Associação Britânica de Sociologia, Associação Americana e Associação Polaca de Sociologia, são os exemplos oferecidos).⁴

No que respeita ao tema da *globalização/internacionalização do conhecimento* sociológico, a avaliação da autora acerca destes perfis de associações atribui maior disponibilidade para a internacionalização às associações de perfil académico mais vincado (*idem*).⁵

Divisão global do trabalho sociológico

Num quadro de reflexão sociológica sobre a sociologia actual, direi que, além de se assinalar esta forte correlação entre o perfil mais académico das associações de sociologia e a maior disponibilidade destas para a promoção da internacionalização, é

⁴ Ida Simpson não refere o caso da APS, que tem uma feição principalmente académica e secundariamente sindical/profissional, pelo que se situaria na confluência das categorias (i) e (iii) da tipologia da autora.

⁵ A autora refere também o papel das associações nacionais no desenvolvimento da Sociologia e destaca 3 dimensões principais: as publicações e a difusão da investigação entre os associados e na comunidade; a organização de encontros/congressos e reuniões temáticas; e, por último, o estabelecimento de relações com a comunidade científica nacional. De entre estas o destaque é concedido às revistas ou boletins internos por serem, a um tempo, “veículo” de disseminação da informação e “arquivo” mnemónico da acção e do pensamento de cada associação (Simpson, 2002).

preciso problematizar as condições em que se processa a produção do trabalho científico e, do mesmo passo, a circulação e os modos de apropriação desse conhecimento.

Qualquer tentativa de submeter a sociologia actual e a sua internacionalização a uma análise sociológica não pode contornar a referência às condições estruturais em que se desenrola a sua produção. Neste domínio, dispomos hoje de uma proposta interpretativa nova subscrita por Syed Farid Alatas, da Universidade de Singapura. Alatas argumenta que a produção do conhecimento científico se desenrola numa matriz de “imperialismo científico”, regulada pelo princípio da “dependência” que estipula uma desigual “divisão global do trabalho em ciências sociais” (Alatas, 2003). Nesta perspectiva, a produção do conhecimento sociológico é desigual e estratificada, assim como é a sua circulação internacional, aspecto que entretanto o autor não desenvolve.

Divisão Global do Trabalho em Ciências Sociais

<i>Países Ricos (Centro)</i>	<i>Países Pobres (Periferia)</i>
Trabalho teórico	Trabalho empírico
Estudos s/ outros países	Estudos s/ o próprio país
Estudos comparativos	Estudos de caso

Baseado em Alatas (2003: 606-607)

Esta “divisão global do trabalho” com origens na economia colonial do conhecimento estabelece uma distinção muito clara entre as sociologias do “primeiro” e do “terceiro” mundos. Os países ricos produzem trabalho de reflexão teórica, dedicam-se ao estudo não apenas da realidade nacional, mas também de outros países e promovem estudos comparados. Ao invés, estes “atributos” encontram-se praticamente vedados à prática sociológica da periferia. Os países da periferia vêem-se limitados à produção de matéria-prima, estudos empíricos e de caso sobre a própria realidade local/nacional.

Os efeitos desta fractura são devastadores. Não se trata apenas da condição residual e dedicada tão só a matérias eminentemente “locais” da sociologia da periferia mundial que está em causa, mas também o facto de tal divisão de trabalho bloquear o progresso do conhecimento sociológico mundial. Como escreve Alatas,

Se definirmos o progresso nas Ciências Sociais em termos do desenvolvimento de conceitos, teorias, modelos e métodos originais que sejam criativamente aplicáveis a um conjunto amplo de situações históricas e empiricamente comparáveis [...] depressa se concluirá que esta divisão global de trabalho das ciências sociais na verdade bloqueia esse progresso. (Alatas, 2003: 608)

Para que progrida, o pensamento sociológico requer condições de circulação internacional de ideias e propostas, o que exige, por outro lado, a abertura de canais de contacto entre os diversos mundos da sociologia. De outro modo, tornam-se claros os limites das propostas que sustentam a necessidade de um conhecimento sociológico útil, entendido como de base comparatista e aplicável a qualquer contexto geográfico (Smelser, 2003). Esta verdade tão abstracta quanto convencional vem repor os termos que Alatas denuncia e que são o reconhecimento exclusivo da “utilidade” ao conhecimento sociológico produzido nas principais instituições do Ocidente, o que pressupõe a “inutilidade” de outros modos e lugares de fazer sociologia.

A globalização oferece um conjunto de múltiplos e complexos processos sociais. Oferece também um conjunto de oportunidades e de reflexão alargada desses processos. Com efeito, a globalização cria a possibilidade de os sociólogos acederem e poderem comunicar livremente com colegas das mais diversas latitudes. Mas significa também a alteração dos convencionais modos de abordar a realidade, ao mesmo tempo que impõe um objecto de estudo totalmente novo: a própria sociedade global. Desta transformação resulta a fragilização da relação entre localidade e conhecimento. O local onde se produz conhecimento está a perder a importância de outrora na identificação da natureza dos resultados obtidos. Vivemos tempos de interrogação da validade dos binarismos conceptuais da sociologia e de outras ciências sociais. O conhecimento “útil”, para usar de novo a expressão de Smelser, implica o re-desenvolvimento teórico, metodológico e conceptual de categorias, mas também uma abertura dos canais de circulação das ideias.

Tal desiderato não poderá frutificar nas condições que Syed Farid Alatas denuncia, por ser incapaz de acomodar a realidade social, política e científica mundial dos nossos dias. Aqui pontuam interações científicas e de investigação muito dinâmicas (universidades, centros de investigação, projectos, redes e consórcios) que envolvem, a um tempo, países do “Norte” e do “Sul”, num estimulante e promissor cruzamento de experiências e linguagens.

Este novo cenário, celebrado pelas narrativas “pós-coloniais”, é a base de um novo movimento de ideias e atitudes. Talvez o seu principal contributo esteja a ser o de romper com a construção teórica fundada em oposições binárias, típicas do pensamento ocidentalocêntrico. Por enquanto, deste novo movimento de ideias está a resultar uma reflexão sobre a *crioulização do mundo*. Regressarei ao tema mais adiante.⁶

A circulação do conhecimento sociológico

O conhecimento científico que se admite que ressalte desta nova configuração da ciência à escala internacional, desde logo o conhecimento sociológico, é evidentemente um conhecimento tão válido como utópico. Os seus principais inimigos são, além de condições estruturais já referidas, também as infraestruturas materiais (equipamentos, etc.), assim como as limitações culturais e cognitivas dos investigadores. Também o etnocentrismo, visto no sentido amplo das avaliações paroquialistas, atravessadas por lógicas de concorrência e de afirmação nacional, se revela contrário à internacionalização ou à globalização desse conhecimento.

As precárias condições estruturais e o provincianismo etnocêntrico impedem a circulação dos textos científicos que é, na verdade, o primordial da globalização ou da internacionalização do conhecimento. Pierre Bourdieu (2002) deteve-se a deslindar as condições de circulação dos textos científicos. A sua conclusão última é que os textos científicos circulam despojados do respectivo contexto de produção, o que gera efeitos pertinentes no plano da interpretação hermenêutica do seu sentido.

A circulação internacional do conhecimento é abordada por muitos analistas, por exemplo Ann Game e Andrew Metcalfe (1996), que a discutem do ponto de vista do *acto de leitura*. O leitor – supostamente inserido no mesmo contexto sociocultural e linguístico em que o texto foi produzido – tende a mobilizar sempre categorias de percepção que alteram as condições de acolhimento e interpretação do original.

No caso do texto traduzido, no qual se alteraram as condições socioculturais e linguísticas de recepção, o texto é lido com maior liberdade de interpretação, o que frequentemente resulta na completa desvinculação do autor e da obra lida, e do contexto

⁶ Entre os numerosos contributos desta optimista narrativa “pós-colonial”, permito-me salientar, além da antologia editada por Bill Ashcroft, Helen Tiffin e G. H. Griffith (1995), os trabalhos de Iain Chambers (1994), Paul Gilroy (2000) e Jane Jacobs (1996).

sociocultural que a pode condicionar.⁷ Desta descontextualização resulta uma renovada importância do papel de novos actores, como sejam o tradutor, o editor ou o prefaciador. A sua condição de “gatekeepers” confere-lhes destaque desde logo no que respeita às condições de recepção dos textos traduzidos.

Quem lemos e *como* lemos os textos que lemos é, neste particular, uma questão essencial para a compreensão da circulação internacional das ideias. Trazida para o terreno que Syed Farid Alatas sugere, esta dimensão da circulação internacional do texto sociológico teria aí uma resposta inequívoca: o centro rico não lê e desconhece a sociologia da periferia pobre, e a sociologia no seu todo não progride por isso.

Como disse atrás, este é um esquema analítico pouco adequado aos modos actuais de fazer ciência, tanto em ciências sociais como em ciências físico-naturais, quando prevalecem verdadeiras conferências de saberes universais. Com a circulação da informação de hoje, esta oposição “centro/periferia” da sociologia é neutralizada e está a dar lugar a modalidades diversas de comunicação recíproca. Desde modo, não surpreenderá afirmar que o global e o local, ou o regional e o nacional, encontram-se de tal modo articulados entre si que se contaminam mutuamente, forjando formas diversas de hibridismo e mestiçagem de narrativas e linguagens.⁸

Sociologia e “sociedades nacionais”

Esta contaminação de discursos e saberes impõe que reflectamos sobre os desafios que enfrentam os próprios fundamentos de uma disciplina que, nos seus primórdios, se encontrava vinculada à revelação das características e funcionamento de “sociedades nacionais”.

A sociologia surgiu e consolidou-se como disciplina académica no decurso dos séculos XVIII e XIX. Era de início uma possibilidade de estudar e de esclarecer o sentido das novas solidariedades e novas identidades em gestação. Era isso que

⁷ A questão foi também glosada por Walter Benjamin no seu ensaio sobre “A missão do tradutor”, em que discorre acerca da “segunda vida” (“*afterlife*”) do texto (Benjamin, 1973).

⁸ Não estou a sustentar que o eventual encontro de soluções contido na ideia de hibridismo e de mestiçagem, enquanto possibilidades, esteja isento de tensões, como sejam as existentes entre a oralidade e a forma escrita dos enunciados, ou os habituais ordenamentos sociais e culturais entre elites e grupos populares. A este propósito veja-se o recente trabalho de Néstor García Canclini (2003).

constituía a *sociedade* da Sociologia em formação. Esta sociedade foi rapidamente traduzida em entidade política e passou a confundir-se com a nação.

Esta relação, ou melhor, a construção ideológica da “sociedade-nação”, tornou-se uma questão central para a sociologia. Muitos a questionaram. Ferdinand Tönnies foi certamente dos que primeiro ergueu a voz contra esta simplificação da sociologia. O seu *Gemeinschaft-Gesellschaft* constitui uma tentativa de denúncia desta “nacionalização” da sociedade. Em contraposição, avançou com outros tipos possíveis de associação, incluindo os modos de associação profissional.

Apesar dos poderosos argumentos de intelectuais e académicos, de Tönnies e muitos outros,⁹ no entanto, a história da sociologia continua a ser feita, em grande parte, num plano de referências nacionais. Os exemplos referidos acima (ISA e Associação Francesa de Sociologia) ilustram com clareza esta condição. Há outros factores, porém, que insistem nesta “nacionalização”. Enuncio a seguir os três factores que julgo mais importantes:

- (i) Em primeiro lugar, na sociologia e nas restantes ciências sociais, um dos mais poderosos argumentos em favor da paridade “sociedade” e “nação” e, portanto, contra o conhecimento translocal é de natureza metodológica e pretensamente pragmática. Diz respeito à natureza dos dados e à informação estatística obtidos e registados num sistema de recolha estatal, de base nacional. Não há sistemas coerentes e fiáveis de informação supranacional, pelo que nos resta o refúgio nas análises nacionais comparadas. Este é cada vez mais um argumento falacioso. Além de potentes bases de dados internacionais disponíveis e outras em contínua produção (nem sempre de fácil acesso), muitos dos dados estatísticos de base nacional encerram, eles próprios, possibilidades de junção e articulação que remetem para realidades agregadas ou processos de escala transnacional. Muitas vezes o problema é menos dos dados e dos sistemas nacionais de recolha e mais da maneira como os lemos e utilizamos. É questão não de método mas cultural. Tudo remete para uma inquestionada categoria “nacional” que se interpõe epistemologicamente à noção de “sociedade”.
- (ii) Uma segunda dificuldade na promoção do conhecimento “sem fronteiras” reside no que Alatas, entre outros, chama o “progresso” das ciências sociais. A incomunicação entre os múltiplos produtores de conhecimento,

⁹ Outros ilustres pensadores denunciaram também a abusiva ligação da sociedade com a nação e o estado-nação, argumentando em favor da plasticidade da noção de “sociedade”: de Ferdinand Tönnies – *Comunidad y Asociación* (1972) – a Charles Tilly – *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons* (1985) –, ou de Adam Smith – *A Riqueza das Nações* (1981) – ao relatório da Comissão Gulbenkian, organizado por Immanuel Wallerstein – *Para Abrir as Ciências Sociais* (1996).

pese embora a multiplicação das condições materiais favoráveis para o fazer, impede a *translocalidade* dos saberes sociológicos e o surgimento de uma sociologia cosmopolita, de interdependências e pertenças universais. Será, porventura, uma sociologia utópica a que terá de trazer de volta a agenda das solidariedades, das cidadanias e das expressões globais de democracia. Por certo este não será um regresso às origens morais da disciplina. Será antes um reequacionamento do seu papel actual e da enorme complexidade da sua acção.

- (iii) Um terceiro e último obstáculo é o da contextualização da produção do conhecimento científico e sociológico que já aflorei ao referir a questão da circulação dos textos científicos. Assinalo brevemente a este propósito a convicção de que, sendo desde a suas origens uma ciência contextual(izada), a sociologia tinha um compromisso estrutural com o local, a região ou a nação. Este compromisso impõe restrições de natureza cognitiva e os próprios investigadores são responsáveis pelas agendas de trabalho preferidas. Muitas delas continuam condicionadas por esta “preferência” local e reiteram o modo como nação e disciplina andaram sempre de mãos dadas.

Metaforicamente, as disciplinas como a sociologia comportam-se como as nações: revoltam-se contra intrusos, defendem as suas fronteiras, imaginam para si risonhos progressos, cultivam “ritos” e premeiam os seus “heróis”, mas abrem, ao mesmo tempo, fracturas internas que mostram como é vão o esforço de encontrar um princípio agregador universal.

Dito isto, todavia, não se deve atribuir a nenhuma delas (nem à nação nem à disciplina) qualquer dimensão essencialista. Nem as disciplinas, nem as “sociedades nacionais” se podem compreender hoje em si mesmas, confinadas ao interior das suas fronteiras. A sua compreensão vem também do exterior, dos contextos *outros* que oferecem de *nós* narrativas dissonantes e alternativas ao cânone estabelecido. O centro e a periferia, como o local e o global, não se percebem um sem o outro, nem histórica nem sociologicamente (Hannerz, 1996). Onde podem frutificar ambas as visões – a interna e a de fora, a do norte e a do sul, a do centro e da periferia, a de nós e a dos outros – é no encontro e cruzamento destas categorizações binárias.

Conclusão

A terminar retomo a referência anteriormente feita à ideia da *crioulização do mundo*.¹⁰ A fusão de entidades autónomas é um acto criativo e origina uma terceira entidade, diferente da mera junção das partes. Do lado das minhas mais recentes incursões no domínio da sociologia das cidades e das culturas urbanas um bom exemplo desta *crioulização* encontra-se no debate sobre a cidade pós-colonial.¹¹ Não me referirei agora a esta agenda e recorro antes à poesia chicana de Joaquin Pardave, homem de letras e artes, que em bom estilo de cruzamento de fronteiras (das linguagens) faz declamar em *Primero soy mexicano* o trecho seguinte que ilustra muito do que poderia continuar a dizer acerca da validade heurística do cruzamento das sociologias de base nacional e das do “norte” com as do “sul”, como exercício de superação da perniciosa e etnocêntrica noção de “*sociedade-nação*”.

Si me gustan los hot cakes
Digo hello sin dar la mano
Y aunque pida ham and eggs:
Primero soy mexicano!

No hot cakes, sino tortillas
Ham and eggs tampoco hermanos;
Primero soy mexicano!
De esos que hay para semilla

Ancho charro y no texano
Guayabera y no chamarra;
La moda a mi no me agrada
Primero soy mexicano!

(*apud* Dear, 2000: 170-71)

Termino com uma alegoria. Uso para tanto as palavras de Warren Weaver, autor do imaginativo *Alice in Many Tongues: The Translation of Alice in Wonderland* (Weaver, 1964), num memorandum de 1949 sobre a tradução. A questão é a da linguagem, qual Babel, possível para o entendimento sociológico exigido pela enorme diversidade de sociologias que a globalização me parece estar a obrigar a comunicar entre si:

¹⁰ Sobre o conceito de “crioulização”, veja-se a reflexão de Canclini (2003).

¹¹ Veja-se a propósito o trabalho já referido de Jane Jacobs (1996), assim como o de Brenda S. A. Yeoh (2001).

Pensemos, por analogia, em sujeitos a viverem numa série de altas torres fechadas, erigidas sobre uma fundação comum. Sempre que pretendem comunicar uns com os outros, gritam em todos os sentidos cada um a partir da sua própria torre [...]. Mas quando qualquer um desce da sua torre, depara-se com uma grande cave, comum a todas as torres. Aqui ele entra num espaço de comunicação directa com os outros, também descidos das suas torres. Assim, pode muito bem ser que a maneira de traduzir do Chinês para o Árabe, ou do Russo para o Português não seja a de tentar a via directa, gritando de uma torre para outra. Talvez a melhor maneira seja a de cada um descer da sua linguagem até chegar à base comum da comunicação humana – a linguagem concreta entre humanos, ainda por descobrir – e só depois reemergir por uma qualquer das vias possíveis. (*apud* Apter, 2001: 8)

E entre nós, sociólogos portugueses, como estamos, se é que estamos, a concretizar o nosso encontro com os outros, mesmo aqueles que falam a mesma língua? Estaremos nós a dar sinais de sermos capazes de “descer da sua linguagem até chegar à base comum da comunicação humana”?

Apesar das melhorias recentes na comunicação, apesar dos esforços institucionais mais ou menos conseguidos, apesar do Instituto Camões, dos acordos e protocolos bilaterais, apesar da Fundação Gulbenkian e da CPLP, dos projectos FCT/CAPES, etc... apesar de tudo isso, não estamos nem podemos estar satisfeitos com a intensidade da comunicação e do entendimento com outros nossos pares de profissão. Apesar de tantos e tantos sinais de melhoria radical das nossas relações de cooperação internacional, continuamos incapazes de produzir, de modo sustentado, a internacionalização mais virtuosa da sociologia. A ser assim, por estes meados de 2004, poderíamos dizer, usando a linguagem “crioula” de Mia Couto, que entre nós, na sociologia, continuamos a *desconseguir*.

Referências bibliográficas

- Alatas, Syed Farid (2003), "Academic Dependency and Global Division of Labour in the Social Sciences", *Current Sociology*, 51(6), 599-613.
- Albrow, Martin; King, Elizabeth (orgs.) (1990), *Globalization, Knowledge and Society: Readings from International Sociology*. London: Sage.
- Apter, Emily (2001), "On Translation in the Global Market", *Public Culture*, 13(1), 1-12.
- Archer, Margaret (1991), "Sociology for one world: Unity and diversity", *International Sociology*, 6(2), 131-147.
- Ashcroft, Bill; Tiffin, Helen; Griffith, G. H. (orgs.) (1995), *The Post-Colonial Studies Reader*. London: Routledge.
- Benjamin, Walter (1973), "The Task of the Translator", in *Illuminations*. Harmondsworth, London: Fontana Press, 70-82.
- Bourdieu, Pierre (2002), "Les conditions sociales de la circulation internationale des idées", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145, 3-8.
- Canclini, Néstor G. (2003), *A Globalização Imaginada*. S. Paulo: Iluminuras.
- Chambers, Iain (1994), *Migrancy, Culture, Identity*. London / New York: Routledge.
- Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*. Mem Martins: Europa-América.
- Dear, Michael (2000), *The Postmodern Urban Condition*. Oxford, Blackwell.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta.
- Game, Ann; Metcalfe, Andrew (1996), *Passionate Sociology*. Londres: Sage.
- Gilroy, Paul (2000), *Between Camps: Race, Identity and Nationalism at the End of the Colour Line*. Londres: Allen Lane/The Penguin Press.
- Hannerz, Ulf (1996), "Cosmopolitans and Locals in World Culture", in *Transnational Connections*. London / New York: Routledge, 102-111.
- Jacobs, Jane (1996), *Edge of Empire: Postcolonialism and the City*. London / New York, Routledge.
- Molénat, Xavier (2004), "Vers l'unité de la sociologie française?", *Sciences Humaines*, 149, 6-7.
- Simpson, Ida Harper (2002), "Life Course Patterns of National Associations", *International Sociology*, 17(2), 285-303.
- Smelser, Neil J. (2003), "On Comparative Analysis, Interdisciplinarity and Internationalization in Sociology", *International Sociology*, 18(4), 643-657.
- Smith, Adam (1981), *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols [1759].
- Tilly, Charles (1985), *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation.
- Tönnies, Ferdinand (1972), *Comunidad y Asociación*. Barcelona: Península [1887].
- Yeoh, Brenda S. A. (2001), "Postcolonial cities", *Progress in Human Geography*, 25(3), 456-468.